

RODOLFO KRONENBERG HARTMANN

CURSO DE
DIREITO PROCESSUAL CIVIL
VOLUME II

Processo
de
CONHECIMENTO



Niterói, RJ

2013



© 2013, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Editora Impetus Ltda.

Capa: Editora Impetus Ltda.

Revisão de Português: C&C Criações e Textos Ltda.

Impressão e Encadernação: Gráfica Santuário

H265c

Hartmann, Rodolfo Kronenberg

Curso de direito processual civil, volume II: processo
de conhecimento / Rodolfo Kronenberg Hartmann. – Niterói, RJ:
Impetus, 2013.

320 p.; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7626-700-3

1. Processo civil – Brasil.

I. Título: Processo de conhecimento. II. Título.

CDD- 347.8105

945691

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Processo.....	1
1.1. Processo: conceito.....	1
1.2. Espécies de processo.....	2
1.3. Distinção entre processo e procedimento.....	3
1.4. Procedimentos existentes.....	3
1.5. Indisponibilidade do procedimento.....	5
Capítulo 2 – Procedimento Comum Ordinário e Sumário.....	7
2.1. Procedimento comum ordinário.....	7
2.2. Procedimento comum sumário.....	8
2.2.1. A disponibilidade ou não do rito sumário em relação ao procedimento ordinário.....	9
2.2.2. A disponibilidade ou não do rito sumário em relação aos procedimentos dos Juizados Especiais.....	10
2.2.3. Hipóteses que autorizam a adoção do rito sumário.....	11
2.2.3.1. Critério: valor da causa.....	11
2.2.3.2. Critério: matéria discutida nos autos.....	12
2.2.4. Processamento.....	13
Capítulo 3 – Petição Inicial.....	19
3.1. Petição inicial: conceito e requisitos.....	19
3.2. Indicação do Juízo ou Tribunal.....	19
3.3. Identificação e qualificação das partes.....	20
3.4. A causa de pedir: os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.....	21
3.5. Pedido.....	24
3.5.1. Pedido implícito.....	25
3.5.2. Pedido genérico.....	27

3.5.3. Questões pontuais sobre o pedido de danos morais	28
3.5.3.1. Distinção entre dano moral e dano material.....	29
3.5.3.2. Distinção entre dano moral e dano estético.....	29
3.5.3.3. Distinção entre dano moral e mero aborrecimento.....	30
3.5.3.4. Comprovação dos danos morais.....	30
3.5.3.5. Pedido de danos morais e competência de Justiça.....	31
3.5.3.6. Pedido de danos morais e sua verificação em grau recursal	31
3.5.3.7. Pedido de danos morais formulado por pessoa jurídica	33
3.5.3.8. Pedido de danos morais decorrentes de relações extracontratuais e familiares.....	33
3.5.3.9. Pedido de danos morais decorrentes de relações contratuais e consumeiristas.....	33
3.5.3.10. Pedido de danos morais decorrentes de fatos veiculados em meios de comunicação e sua tarifação pela lei de imprensa.....	34
3.5.3.11. Pedido de danos morais e incidência ou não de imposto de renda sobre o valor eventualmente recebido pelo demandante.....	35
3.5.3.12. Pedido genérico de danos morais.....	36
3.5.3.13. Pedido genérico de danos morais e valor fixado que frustra as expectativas do demandante – interesse em recorrer.....	38
3.5.3.14. Pedido certo e determinado de danos morais: valor inferior ao postulado – fixação da sucumbência	39
3.5.3.15. Pedido certo e determinado de danos morais em salários mínimos	40
3.5.3.16. Correção monetária e juros na sentença que julga procedente pedido de danos morais	41
3.5.4. Pedido relativo a obrigação indivisível	41
3.5.5. Alteração qualitativa ou quantitativa do pedido.....	42
3.5.6. Cumulação de pedidos.....	43
3.6. Indicação do valor da causa	47
3.7. Indicação das provas que se pretende produzir.....	48
3.8. Requerimento para citação do demandado	48
3.9. Indicação do endereço do patrono e assinatura	48
3.10. Requisitos eventuais	48
3.11. Forma da petição inicial: escrita e oral	49
3.12. Documentos indispensáveis para a propositura da demanda.....	49

Capítulo 4 – Propositura da Ação e seu Juízo Inicial: Emenda, Indeferimento, Resolução Liminar do Mérito ou o Despacho Liminar de Conteúdo Positivo.... 51

4.1. Distribuição.....	51
4.2. Possibilidade de emenda da petição inicial.....	53
4.3. Indeferimento da petição inicial	54

4.4.	Resolução liminar do mérito, na forma do art. 285-A	57
4.5.	Resolução liminar do mérito, na forma do art. 739, inciso III	62
4.6.	O despacho liminar de conteúdo positivo.....	63

Capítulo 5 – Comunicação dos Atos Processuais..... 65

5.1.	Comunicação dos atos processuais.....	65
5.2.	Citação	65
5.2.1.	Teoria da aparência	67
5.2.2.	Situações em que a citação não pode ser realizada.....	67
5.2.3.	Modalidades de citação	68
5.2.3.1.	Citação pela via postal.....	68
5.2.3.2.	Citação por oficial de justiça.....	69
5.2.3.3.	Citação por meio eletrônico	70
5.2.3.4.	Citação por edital	71
5.2.3.5.	Citação por hora certa.....	72
5.2.4.	Efeitos da citação.....	73
5.2.4.1.	A pronúncia da prescrição de ofício pelo magistrado (art. 219, § 5º)	75
5.2.5.	Consequências processuais da falta ou da nulidade de citação ao processo	79
5.3.	Intimação	81
5.4.	As cartas: precatória, de ordem e rogatória.....	82
5.4.1.	Carta precatória.....	83
5.4.2.	Carta de ordem.....	84
5.4.3.	Carta rogatória	84

Capítulo 6 – Comportamento do Demandado I: Reconhecimento do Pedido ou Inércia..... 87

6.1.	Comportamento do demandado	87
6.2.	Reconhecimento da procedência do pedido.....	87
6.3.	Ausência de resposta do demandado: revelia.....	89
6.3.1.	Efeito material da revelia	90
6.3.2.	Efeito processual da revelia	91
6.3.3.	Diferença entre contumácia, revelia e ônus da impugnação especificada da prova	92
6.3.4.	Questões pontuais sobre a revelia.....	93
6.3.4.1.	Revelia no processo penal.....	93
6.3.4.2.	Revelia em desfavor da Fazenda Pública.....	94
6.3.4.3.	Revelia nos embargos à execução.....	94
6.3.4.4.	Revelia em procedimentos especiais.....	96

Capítulo 7 – Comportamento do Demandado II: Apresentação de Resposta 99

7.1. Resposta do demandado	99
7.2. Teses defensivas	100
7.2.1. Classificação das teses defensivas quanto à possibilidade de seu reconhecimento de ofício pelo magistrado: objeções e exceções.....	100
7.2.2. Classificação das teses defensivas quanto ao tema: materiais (diretas e indiretas) e processuais (dilatatórias e peremptórias).....	100
7.3. Modalidade de resposta: contestação.....	102
7.3.1. Princípio da eventualidade.....	103
7.3.2. Questões prévias na contestação	103
7.3.2.1. Questões preliminares.....	103
7.3.2.2. Questões prejudiciais	105
7.3.2.2.1. Ação declaratória incidental	107
7.3.3. Consequências da apresentação da contestação.....	109
7.4. Modalidade de resposta: exceção	110
7.4.1. Legitimidade	110
7.4.2. Forma	111
7.4.3. Prazo.....	111
7.4.4. Efeito suspensivo da exceção.....	112
7.4.5. Processamento da exceção de impedimento ou suspeição	113
7.4.6. Processamento da exceção de incompetência relativa	114
7.5. Modalidade de resposta: reconvenção.....	115
7.5.1. Distinção entre a reconvenção, o pedido contraposto e as ações dúplices.....	116
7.5.2. Distinção entre a reconvenção e a ação declaratória incidental	118
7.5.3. Processos e procedimentos que admitem a reconvenção.....	118
7.5.4. Procedimento na reconvenção.....	121
7.6. Modalidade de resposta: impugnação ao valor da causa	125
7.7. Modalidade de resposta: impugnação à gratuidade de justiça.....	126

Capítulo 8 – Providências Preliminares.....129

8.1. Providências preliminares.....	129
8.2. Julgamento conforme o estado do processo (art. 329).....	129
8.3. Julgamento antecipado da lide (art. 330).....	130
8.4. Audiência preliminar (art. 331)	131
8.5. O saneamento do processo (art. 331, § 2º)	133

Capítulo 9 – Das Provas.....135

9.1. Teoria Geral das provas	135
9.2. Classificação das provas	136

9.2.1. Provas típicas e atípicas.....	136
9.2.2. Provas ilícitas.....	137
9.2.2.1. Vedação do uso da prova ilícita por derivação no processo	137
9.2.2.2. Uso excepcional de prova ilícita para fundamentar ato decisório.....	138
9.2.3. Prova indiciária.....	139
9.2.4. Prova emprestada.....	139
9.2.5. Prova de fora da terra	140
9.2.6. Prova diabólica.....	140
9.3. Objeto da prova	141
9.4. Fatos que independem de prova.....	142
9.5. Etapas para a produção da prova.....	144
9.6. Critérios para a valoração da prova	145
9.7. Ônus da prova e ônus financeiro da prova.....	147
9.8. Provas em espécie.....	152
9.8.1. Depoimento pessoal	152
9.8.2. Confissão.....	153
9.8.3. Exibição de documento ou coisa	155
9.8.3.1. Exibição de documento ou coisa em poder da outra parte, na própria demanda principal.....	156
9.8.3.2. Exibição de documento ou coisa em poder de terceiro, após já ter sido deflagrada a demanda principal	156
9.8.3.3. Exibição de documento ou coisa em demanda cautelar preparatória	157
9.8.4. Prova documental.....	158
9.8.4.1. Incidente de falsidade de prova documental	159
9.8.5. Prova testemunhal	160
9.8.5.1. Incidente de recusa de prova testemunhal.....	165
9.8.6. Prova pericial.....	166
9.8.7. Inspeção judicial.....	169
9.8.8. Interceptação de dados telemáticos e uso desta prova no processo civil.....	169

Capítulo 10 – Audiência de Instrução e Julgamento173

10.1. Audiência de instrução e julgamento.....	173
10.2. Princípios informativos da AIJ: publicidade, concentração, oralidade e identidade física do juiz	174
10.3. Estrutura: abertura, conciliação, instrução, debates orais, sentença e recursos	176

Capítulo 11 – Sentença	183
11.1. Sentença	183
11.2. Fundamentos da sentença: art. 267 e art. 269	185
11.3. Espécies de sentença	189
11.3.1. Classificação das sentenças quanto às suas consequências: terminativas e definitivas	189
11.3.2. Classificação das sentenças quanto ao seu conteúdo: declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais	191
11.3.3. Sentenças cautelares e determinativas: peculiaridades	196
11.4. Estrutura da sentença	197
11.5. Vícios na sentença	199
11.5.1. Sentença <i>ultra, extra e citra petita</i>	199
11.5.2. Sentença condicional	202
11.6. Correção da sentença	204
11.7. Fixação da sucumbência: honorários e custas	205
11.7.1. Critérios para a fixação da sucumbência	206
11.7.2. A fixação da sucumbência à luz do art. 20 do CPC	208
11.7.3. Sucumbência na cumulação subjetiva de ações (litisconsórcio)	210
11.7.4. Sucumbência na cumulação objetiva de ações (cumulação de pedidos)	211
11.7.5. Sucumbência em demandas relativas a dano moral	212
11.7.6. Sucumbência e gratuidade de justiça	213
11.7.7. Sucumbência no mandado de segurança e <i>habeas data</i>	213
11.7.8. Sucumbência na ação civil pública	214
11.7.9. Sucumbência na ação popular	214
11.7.10. Sucumbência na ação monitória	215
11.7.11. Honorários na execução: cumprimento de sentença e execução por título extrajudicial	215
11.7.12. Honorários em execução não embargada pela Fazenda Pública	216
Capítulo 12 – A Coisa Julgada	219
12.1. Introdução, desenvolvimento histórico e definição	219
12.2. Cognição exercida e atos que podem gerar coisa julgada	223
12.3. Distinção entre coisa julgada e preclusão	227
12.4. Classificação da coisa julgada	228
12.4.1. Coisa julgada formal, material e soberanamente julgada	228
12.4.2. Coisa julgada <i>pro et contra</i>	229
12.5. Limites subjetivos da coisa julgada	229
12.6. Limites objetivos da coisa julgada	232

12.7. Efeitos da coisa julgada: vinculativo, sanatório e preclusivo	233
12.8. Questões pontuais sobre a coisa julgada.....	234
12.8.1.A coisa julgada nas demandas coletivas.....	235
12.8.1.1.Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	235
12.8.1.2.Coisa julgada <i>secundum eventum litis ou in utilibus</i>	237
12.8.1.3.Os limites subjetivos da coisa julgada nas demandas coletivas...	238
12.8.2.A coisa julgada no mandado de segurança	239
12.8.3.A coisa julgada no processo cautelar.....	242
12.8.4.A coisa julgada nas sentenças determinativas	244
12.8.5.A relativização da coisa julgada.....	246
12.8.5.1.Relativização da coisa julgada nas ações de desapropriação	246
12.8.5.2.Relativização da coisa julgada nas ações de estado	248
12.8.6.A coisa julgada inconstitucional	250

Capítulo 13 – O Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil.....253

13.1. Apresentação, justificativas e membros da comissão	253
13.2. Distribuição.....	254
13.3. Petição inicial	254
13.4. Comunicação dos atos processuais.....	255
13.5. Audiência de conciliação	256
13.6. Contestação	256
13.7. Exceção de impedimento e suspeição	257
13.8. Providências preliminares e saneamento do processo.....	257
13.9. Teoria geral das provas.....	258
13.10. Das provas em espécie	258
13.11. Audiência de instrução e julgamento.....	259
13.12. Sentença.....	259
13.13. Coisa julgada.....	260
13.14. Considerações finais.....	260

Capítulo 14 – Questões Extraídas de Concursos.....263

Bibliografia	285
---------------------------	------------